

LEI Nº 242

Institui o Código Tributário do Município de Marmeleiro.

O Prefeito Municipal de Marmeleiro, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O sistema tributário do Município é regido pela constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25/10/66), Leis Complementares e por este Código, que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

Art. 2º - O presente Código constituído de quatro Títulos, com a matéria assim distribuída:

I – Título I, que regula os diversos tributos, dispondo sobre:

- a) – incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais;
- b) – sujeição passiva tributária, pela definição do contribuinte e do responsável;
- c) – sistemática de cálculo, pela definição da base de cálculo e da alíquota do tributo;
- d) - instituição do crédito tributário, contendo disposições sobre inscrição e lançamento;
- e) – arrecadação tributária, contendo disposições sobre formas e prazos de pagamento;
- f) – ilícito tributário, pela definição e das respectivas penalidades;
- g) – dispensa de pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais;

II – Título II, que dispõe quanto às normas gerais aplicáveis aos tributos, observando regras sobre:

- a) – sujeito passivo tributário;
- b) – lançamento;
- c) – arrecadação;
- d) – restituição;
- e) – infrações e penalidades;
- f) – imunidade e isenções.

III – Título III, que determina o procedimento fiscal as normas de sua aplicação,

IV – Título IV, que dispõe sobre a Administração Tributária.

TÍTULO I

DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 3º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

- I – Imposto Predial e Territorial Urbano;
- II – Imposto Sobre Serviço;
- III – Taxa de Coleta de Lixo;
- IV – Taxa de Limpeza Pública;
- V – Taxa de Conservação de Calçamento;
- VI – Taxa de Iluminação Pública,
- VII – Taxa de Serviços de Pavimentação;
- VIII – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento;
- IX – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;
- X – Taxa de Licença para Publicidade;
- XI – Taxa de Licença para Execução de Obras;
- XII – Taxa de Abate de Animais;
- XIII – Taxa de Licença para Ocupação de Área em Vias e Logradouros Públicos;
- XIV – Contribuição e Melhoria.

CAPÍTULO II

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 4º - O Imposto Predial e Territorial Urbano é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana.

Art. 5º - O bem imóvel, par aos efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

- a) – sem edificação;
- b) – em que houver construção paralisada ou em andamento;
- c) – em que houver edificação interdita, condenada em ruína ou em demolição;
- d) – cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua

denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 6º - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana:

I – A área em que existem, pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos pelo Poder público:

- a) – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) – abastecimento de água;
- c) – sistema de esgotos sanitários;
- d) – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
- e) – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

II - A área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinado à habitação, à indústria ou ao comércio.

§ 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano, a que se refere o art. 32 da Lei nº 5.172 de 25/10/66 incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destina ao comércio.

§ 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo vegetal, pecuária ou agro-industrial, independente de sua área.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá fixar a delimitação das Zonas Urbanas.

§ Único – Independentemente do conceito de zonas urbanas contido no art. 6º e 7º, o Executivo poderá fixar outros limites de zonas fiscais, em apoio à política de uso e ocupação do solo.

Art. 8º - A incidência do imposto independe:

- I – Da legitimidade do Título de aquisição ou de posse do bem imóvel;
- II – Do resultado econômico da exploração do bem imóvel;
- III – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 9º - Contribuinte do Imposto é o proprietário, titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Parágrafo único – São também contribuintes o promitente comprador imitado na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à união, Estados ou Municípios ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

SEÇÃO III

CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 10º - O Imposto, devido anualmente, será calculado sobre o valor venal do bem imóvel.

Art. 11º - O valor venal do bem imóvel será determinado:

- I – Tratando-se de prédio, pelo valor das construções, obtido através da multiplicação da área construída pelo valor unitário de metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão da construção, aplicados os fatores de correção, somado ao valor do terreno ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas ou no inciso seguinte:
- II – Tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicados os fatores de correção.

§ 1º - O Poder Executivo poderá instituir fatores de correção, relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente, na apuração do valor venal.

Art. 12º - Constituem instrumentos para a apuração de base de cálculo do Imposto:

- a) – Planta de Valores de terrenos estabelecida pelo Poder Executivo, que indique o valor do metro quadrado dos terrenos em função de sua localização;
- b) – As informações de Órgãos Técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;
- c) – Fatores de correção de acordo com a situação, pedologia e topografia dos terrenos e fatores de correção de acordo com a categoria e estado de conservação dos prédios.

Art. 13º - Sem prejuízo da edição da Planta de Valores, o Poder Executivo atualizará os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção:

- I – Mediante a adoção de índices de correção monetária
- II – Levando em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas, recebidas pela área onde se localiza o bem imóvel, ou os preços correntes do mercado.

Art. 14º - No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I – 2% (dois por cento) tratando-se de terreno;

II – 0,755 (setenta e cinco centésimos por cento) tratando-se de prédio.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 15º - Os imóveis situados na zona urbana do Município serão cadastrados pela Administração.

Art. 16º - A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 17º - Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 18º - O Cadastro Imobiliário, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§ 1º - O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo 17º, e a alteração, quando ocorrer modificações nos dados contidos no cadastro.

§ 2º - A inscrição será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por Edital ou do despacho no órgão oficial do Município.

§ 3º - A alteração será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de:

- I – Conclusão de construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
- II – Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

§ 4º - A Administração poderá promover, de ofício, inscrição e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentadas com erro, omissão ou falsidade.

Art. 19º - serão objeto de uma única inscrição:

- I – A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização.
- II – A quadra indivisa de áreas arruadas.

Art. 20º - A retificação da inscrição, ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamenta.

Art. 21º - O lançamento do Imposto será:

- I – Anual, ocorrendo o fato gerador no primeiro dia de cada exercício;
- II – Distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

Art. 22º - O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º - Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do Imposto poderá ser procedido indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador;

§ 2º - O lançamento do bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 3º - Na hipótese de condomínio, o lançamento será precedido:

- a) - Quando “pro indiviso”, em nome de um ou de qualquer dos coproprietários;
- b) - Quando “pro diviso”, em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 23º - Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízos de outras cominações ou penalidades.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 24º - O imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

SEÇÃO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 25º - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

- I – Multas de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Imposto, nas hipóteses de:

- a) – Falta de inscrição do imóvel ou de alteração de seus dados cadastrais;
- b) – Erro, omissão ou falsidade nos dados de inscrição do imóvel ou nos dados da alteração.

SEÇÃO VII

ISENÇÕES

Art. 26º - Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do imposto o bem imóvel:

- a) – Pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou do Município, ou de suas autarquias;
- b) – pertencente à agremiação desportiva licenciada e filiada à federação esportiva estadual, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais,
- c) – Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destinam a congregar classes patronais ou trabalhadores, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;
- d) – Pertencentes às sociedades civis com fins lucrativos, destinados ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
- e) – Declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorre a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
- f) – Cujo valor do imposto não ultrapasse a 5,0% (cinco por cento) da Unidade de Referência definida para as taxas.

§ Único – Não gozarão da isenção prevista neste artigo, os imóveis compreendidos nas letras b, c, d e f quando baldios ou utilizados para fins comerciais.

CAPÍTULO III

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

SEÇÃO I

INCIDENCIA

Art. 27º - O Imposto Sobre Serviços, é devido pela prestação de serviços realizada por empresa ou profissional autônomo, independente:

- I – Da existência de estabelecimento fixo;
- II – Do resultado financeiro do exercício da atividade;
- III – Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis;

IV – Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

Art. 28º - Para efeito de incidência do Imposto, considera-se local da prestação do serviço:

- a) – O estabelecimento prestador;
- b) – Na falta de estabelecimento, o domicílio do prestador;
- c) – Aquele em que se efetuar a prestação, no caso de construção civil;

Art. 25º - Sujeitam-se ao Imposto os serviços de:

- 1 – Médicos, dentistas e veterinários;
- 2 – Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos;
- 3 – Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica;
- 4 – Hospitais, sanatórios, ambulatórios, pronto-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou de repouso sob orientação médica;
- 5 – advogados e provisionados;
- 6 – Agentes da propriedade industrial;
- 7 – Agentes da propriedade artística ou literária;
- 8 – Peritos e avaliadores;
- 9 – Tradutores e intérpretes;
- 10 – Despachantes;
- 11 – Economistas;
- 12 – Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em Contabilidade;
- 13 – Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorado pelo prestador do serviço).
- 14 – Datilografia, estenografia, secretaria e expediente;
- 15 – Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangendo os serviços executados por instituições financeiras);
- 16 – Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;
- 17 – Engenheiros, arquitetos e urbanistas;
- 18 – Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos;
- 19 – Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviço, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao I.C.M.);
- 20 – Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores nelas instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador do serviço, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao I.C.M.);

- 21 – Limpeza de imóveis;
- 22 – Raspagem e lustração de assoalhos;
- 23 – Desinfecção e higienização;
- 24 – Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado).
- 25 – Barbeiros, cabeleireiros, manicoras, pedicuros, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza;
- 26 – Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres;
- 27 – Transporte e comunicação, de natureza estritamente municipal;
- 28 – Diversões públicas;
 - a) Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões táxi-dancings e congêneres;
 - b) Exposição com cobrança de ingresso;
 - c) Bilhares, boliches e outros jogos permitidos;
 - d) Bailes, “shows”, festivais, recitais e congêneres;
 - e) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive às realizações em auditórios de estação de rádio ou televisão;
 - f) Execução de música, individualmente ou por conjunto;
 - g) Funcionamento de música mediante transmissão por qualquer processo;
- 29 – Organização de festas; “buffet” (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitas ao I.C.M);
- 30 – Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo;
- 31 – Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59.
- 32 – Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59;
- 33 – análises técnicas;
- 34 – Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres;
- 35 – Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos outros materiais de publicidade, por qualquer meio;
- 36 – Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos;
- 37 – Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras);
- 38 – Guará e estabelecimento de veículos;
- 39 – Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor de alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).
- 40 – Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em concerto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41);
- 41 – Concerto e restauração de quaisquer objetos (inclusive em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos cujo valor fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias);

- 42 – Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviços fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias);
- 43 – Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) d objetos não destinados à comercialização ou industrialização;
- 44 – Ensino de qualquer grau ou natureza;
- 45 – Alfaiates, modistas, costureiros, prestados ao usuário final, quando o material, salvo o do aviamento, seja fornecido pelo usuário;
- 46 – Tinturaria e lavanderia;
- 47 – Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização;
- 48 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetuando-se a prestação de serviço ao poder público, a autarquia, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica).
- 49 – Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final dos serviços.
- 50 – Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução, estúdios de gravação de “vídeo-tapes” para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e “mixagem” sonora.
- 51 – cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos por qualquer processo não incluído no item anterior;
- 52 – Locação de bens móveis;
- 53 – Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;
- 54 – Guarda, tratamento e amestramento de animais;
- 55 – Florestamento e reflorestamento;
- 56 – Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao I.C.M);
- 57 – Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos;
- 58 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros;
- 59 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedade distribuidoras de títulos e valores e sociedades de corretores, regulamente autorizadas a funcionar);
- 60 – Encadernação de livros e revistas;
- 61 – Aerofotogrametria;
- 62 – Cobrança, inclusive d direitos autorais;
- 63 – Distribuição de filmes cinematográficos e de “vídeo-tapes”;
- 64 – Distribuição e venda de bilhetes de loteria;
- 65 – Empresas funerárias;
- 66 – Taxidermista;

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 30º - Contribuinte do Imposto é o prestador do serviço.

§ Único – Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades;

Art. 31º - será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto a empresa que se utilizar de serviços de terceiros quando:

- I – O prestador do serviço não emitir fatura, nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
- II – O prestador do serviço não apresentar comprovante de inscrição ou documento comprobatório de imunidade ou isenção;

§ Único – a fonte pagadora deverá ar ao contribuinte o comprovante de retenção a que se refere este artigo.

Art. 32º - será também responsável pela retenção e recolhimento do Imposto, o proprietário do bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, quanto aos serviços previstos nos itens 19 e 20 da lista de serviços, prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova do pagamento do Imposto.

Art. 33º - A retenção na fonte será regulamentada por Decreto do Executivo.

SEÇÃO III

CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 34º - O Imposto será calculado, segundo o tipo de serviço prestado, mediante a aplicação de alíquotas sobre o preço do serviço, quando o prestador do serviço for empresa ou a ela equiparado, ou um percentual sobre a Unidade de Referência, quando o prestador do serviço for profissional autônomo, de conformidade com a tabela do anexo I.

Art. 35º - O profissional autônomo que utilizar mais de dois empregados qualquer título, na execução de atividades inerentes a sua categoria profissional, fia equiparado a pessoa jurídica para efeito de pagamento do imposto.

Art. 36º - Quando os serviços a que se referem os itens 1, 2, 3, 5, 6, 11, 12 e 17 da lista de serviços forem prestados por sociedades, estas ficam sujeitas ao Imposto, mediante a aplicação de alíquotas, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou terceiro, que preste serviços em nome da sociedade.

Art. 37º - O Imposto na fonte será calculado aplicando-se a alíquota fixada na tabela do Anexo I, sobre o preço do serviço, para autônomo ou pessoa jurídica.

Art. 38º - Na hipótese de serviços prestados por pessoa jurídica, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista dos serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas no Anexo I.

§ Único – O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto ser calculado de forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços da alíquota mais elevada.

Art. 39º - Na hipótese de serviços prestados por profissionais autônomos enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere à lista de serviços, o Imposto será calculado mediante a aplicação da alíquota mais elevada.

Art. 4º - Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempriedada de serviço, frete, despesas ou imposto.

§ 1º - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

- a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;
- b) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 2º - Constituem parte integrante do preço:

- a) os valores acrescidos e os encargos de quaisquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
- b) os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade.

§ 3º - Não integram o preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos sujeitos a condição, desde que prévia, desde que prévia e expressamente contratados.

Art. 41º - A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 42º - Proceder-se-á ao arbitramento para apuração do preço fundamentadamente, sempre que:

- a) o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;
- b) contribuinte, depois de intimado, deixar de exhibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
- c) ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

- d) sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- e) o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 43º - Os prestadores de serviços serão cadastrados pela Administração.

§ Único – O cadastro econômico social, sem prejuízos de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 44º - O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número do cadastro econômico social, o qual deverá constar de quaisquer documentos inclusive recibos e notas fiscais.

Art. 45º - A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte, em formulário próprio, mencionando os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.

§ 1º - A inscrição será efetuada dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados do início da atividade do contribuinte.

§ 2º - Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidades.

§ 3º - A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencentes à mesma pessoa, salvo em relação ao ambulante, que fica sujeito à inscrição única.

§ 4º - Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

§ 5º - a inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a Licença de Localização e Funcionamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 46º - Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do Imposto.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, de transferência de ramo ou de encerramento da atividade.

§ 2º - a Administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais.

Art. 47º - Sem prejuízo de inscrição e respectivas alterações, o Poder Executivo poderá sujeitar o contribuinte à apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

Art. 48º - O Imposto será lançado:

- I – Uma única vez no exercício a que corresponde o tributo fixo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades, previstas nesta Lei;
- II – Trimestralmente, quando a base de cálculo for o preço dos serviços.

Art. 49º - Os contribuintes do Imposto caracterizados como empresa ficam obrigados a:

I – Manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – Emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento admitido pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

Art. 50º - O poder Executivo poderá definir os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 1º - Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentares;

2º - Os livros e documentos fiscais, que são exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

3º - a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, e tendo em vista a natureza do serviço prestado, poderá obrigar a manutenção de determinados livros especiais, ou autorizar a sua dispensa, a permitir a emissão e utilização de notas documentos especiais.

Art. 51º - Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, o Poder Executivo poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 52º - O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

§ Único – Tratando-se de lançamento de ofício, o Imposto será pago no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação.

Art. 53º - Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconselhar tratamento fiscal diferente, a autoridade administrativa poderá exigir ou autorizar o recolhimento do Imposto por Estimativa.

§ 1º - O enquadramento do contribuinte no regime da estimativa poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividade independentemente:

- a) de estar o contribuinte obrigado a escrita fiscal ou contábil;
- b) do tipo de constituição da sociedade.

§ 2º - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividade.

§ 3º - A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas do Imposto.

§ 4º - Na hipótese de o contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação de estimativa, esta será arbitrada, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 54º - No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

- I – com base em informações do contribuinte ou em outros elementos serão estimados o valor dos serviços tributáveis e o do Imposto total a recolher no exercício ou período, parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais.
- II – findo o exercício ou o período da estimativa, ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados o preço dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a maior;
- III – verificada qualquer diferença entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido, a mesma será:
 - a) – recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público quando a este for devido;
 - b) – restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

§ Único – Quando, na hipótese do inciso II deste artigo, o preço escriturado não refletir o preço dos serviços, a administração poderá arbitra-lo por meios diretos e indiretos.

Art. 55º - Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para o pagamento do Imposto.

SEÇÃO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 56º - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

- I – multa de importância igual a 10% (dez por cento) da Unidade de referência, nos casos de:
 - a) falta de inscrição ou de sua alteração
 - b) inscrição, ou sua alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência do ramo de atividade, fora do prazo.

- II – multa de importância igual a 15% (quinze por cento) da Unidade e Referência, nos casos de:
 - a) falta de livros fiscais;
 - b) falta de escrituração do Imposto devido;
 - c) dados incorretos na escrita fiscal ou documento fiscal.
 - d) Falta do número do cadastro de atividades em documentos fiscais.

- III – multa de importância igual a 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade de Referência nos casos de:
 - a) falta de declaração de dados;
 - b) erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

- IV – multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) da Unidade de Referência nos casos de:
 - a) falta de omissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
 - b) falta ou recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;
 - c) retirada do estabelecimento, ou do domicílio do prestador de livros ou documentos fiscais;
 - d) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação de estimativa;
 - e) embarçar ou iludir a ação fiscal.

- V – multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre a diferença entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto;

- VI – multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do Imposto, apurado por procedimento tributário;
- VII – multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do Imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;
- VIII – multa de importância igual a 2005 (duzentos por cento) sobre o valor do Imposto, no caso de falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

SEÇÃO VII

ISENÇÕES

Art. 57º - Desde que cumpridas as exigências da legislação, ficam isentas do Imposto do serviços:

- a) prestados por engraxates ambulantes;
- b) prestados por associações culturais;
- c) de diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingressos, pules ou talões de apostas, ou em jogos e exibições competitivas, realizados entre associações ou conjuntos;
- d) de diversão pública, com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade pelo Órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;
- e) executados, por administração ou empreitada de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal, municípios, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos.

Os serviços de engenharia consultiva são os seguintes:

- I – elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;
- II – elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;
- III – fiscalização e supervisão e obras e serviços de engenharia.

TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS

CAPÍTULO IV

TAXA DE COLETA DE LIXO

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 58º - A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a coleta e remoção do lixo de imóvel edificado.

§ Único – As remoções especiais de lixo que excedem a quantidade máxima fixada pelo Executivo serão feitas mediante o pagamento de preços públicos.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 59º - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 60 – A Taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculado em função de utilização e de área edificada do imóvel, de acordo com a tabela de anexo VIII.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 61º - A Taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas par ao Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 62º - A Taxa será paga na forma e prazo regulamentares.

CAPÍTULO V

TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 63º - A Taxa tem como fato gerador os serviços prestados em logradouros públicos, que objetivam manter limpa a cidade, tais como:

- a) varrição, lavagem e irrigação
- b) limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos;
- c) capinação;
- d) desinfecção de locais insalubres.

§ Único – Na hipótese de prestação de mais de um serviço, haverá uma única incidência.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 64º - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel lindeiro e logradouro público onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária qualquer dos serviços mencionados no artigo anterior.

§ Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 65º - A Taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição, e será calculado a razão de 0,4% (quatro décimos por cento) da Unidade de Referência definida nas Disposições Finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 66º - A Taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e territorial Urbano.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 67º - A Taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VI

TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 68º - A Taxa tem como fato gerador à prestação dos serviços de reparação e manutenção das vias e logradouros públicos pavimentados, inclusive os de acondicionamento de meio-fio, na zona urbana do Município.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 69º - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título e bem imóvel lindeiro a logradouro público, onde a Prefeitura mantenha, com regularidade necessária, os serviços especializados no artigo anterior.

§ Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel do acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 70º - A Taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte, ou posto a sua disposição e será calculada a razão de 0,2% (dois décimos por cento) da Unidade de Referência, definida nas Disposições Finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelos serviços.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 71º - A Taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 72º - A Taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VIII

TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 73º - A Taxa tem como fato gerador o fornecimento e iluminação nas vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 74º - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelo serviço.

§ Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 75º - A Taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a disposição, e será calculado de conformidade com o convênio firmado entre o Município e a empresa fornecedora de energia elétrica ratificada pela Lei nº 238 de 17 de novembro de 1980.

CAPITULO VIII

TAXA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 76º - a Taxa é devida, uma única vez, pela utilização, efetiva ou potencial, de qualquer dos seguintes serviços:

- I – pavimentação de parte carroçável das vias e logradouros públicos;
- II – substituição da pavimentação anterior por outra ou reconstrução;
- III – terraplenagem superficial;
- IV – obras de escoamento local;
- V – colocação de guias e sarjetas;
- VI – consolidação do leito carroçável;

VII – calçamento e passeio.

Art. 77º - Antes do lançamento da Taxa de serviços de pavimentação, a Prefeitura divulgará Edital, pelo seu órgão oficial, especificado:

I – as ruas, trechos ou áreas que serão pavimentadas;

II – o custo orçado da obra e o seu prazo de duração;

III – a firma empreiteira, subempreiteira ou contratante que realizará o serviço, se o serviço for executado por terceiros;

IV – a área total a ser pavimentada e o custo do metro quadrado de pavimentação;

V – o tipo de pavimentação, bem como outras características que sirvam para identifica-la.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 78º - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelos serviços.

§ Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 79º - A Taxa será calculada multiplicando-se o número de metros de testada ideal do imóvel beneficiado pela pavimentação, pela metade da largura da faixa carroçável e pelo custo do metro quadrado pavimentado.

Art. 80º - A testada ideal e seu cálculo serão objeto de regulamento.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 81º - Realizado o serviço de pavimentação e conhecido o seu custo este será publicado ou notificado e serão fixados as respectivas cotas pela repartição competente.

Art. 82º - A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 83º - A Taxa será paga de conformidade com o disposto em regulamento.

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO IX

TAXAS DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 84º - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agropecuários e de demais atividades poderá localizar-se no Município, sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou permissão do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

§ Único – Pela prestação dos serviços de que trata o capítulo deste artigo cobrar-se-á a taxa independentemente da concessão da licença.

Art. 85º - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

§ Único – será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudança do ramo de atividade.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 86º - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito à fiscalização.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 87º - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo II desta Lei.

§ Único – No caso de atividades múltiplas exercidas no mesmo local, a taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 88º - A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal.

Art. 89º - O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I – alteração da razão social ou do ramo de atividade;

II – alteração na forma societária;

III – alteração das características do estabelecimento ou transferência de local.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 90º - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO X

TAXA DE LICENÇA PARA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 91º - A Taxa é devida pela atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 92º - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito à fiscalização.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 93º - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo III a esta Lei.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 94º - A Taxa será em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 95º - A Taxa será arrecadada de acordo com o dispositivo em regulamento.

CAPÍTULO XI

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 96º - A Taxa tem como fato gerador à atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público.

Art. 97º - Não estão sujeitos a Taxa os dizeres indicativos relativos a:

- a) hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;
- b) propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividades da administração pública;
- c) expressões de propriedade e de indicação.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 98º - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade definida na Seção I deste capítulo.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 99º - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo IV.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 100º - A Taxa será lançada em nome da pessoa que despache a atividade de publicidade.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 101º - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO XII

TAXA D LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 102º - A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, bem como pretenda fazer arrendamentos ou loteamentos em terrenos particulares.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 103º - Contribuinte da Taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 04º - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo V.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 105º - A Taxa será lançada em nome do contribuinte uma única vez.

§ Único – Na hipótese do deferimento do pedido e não início da obra, no prazo de 6 meses, ocorrerá nova incidência de Taxa.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 106º - A Taxa será arrecadada na entrada do requerimento da concessão da respectiva licença.

CAPÍTULO XIII

TAXA DE ABATE DE ANIMAIS

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 107º - O abate de animal destinado ao consumo público, quando feito fora do matadouro municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida de inspeção sanitária.

Art. 108º - A Taxa tem como fato gerador à inspeção sanitária de que trata o artigo anterior, desde que verificada a não existência de fiscalização federal ou estadual.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 109º - O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate de animal.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 110º - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VI.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 111º - A Taxa será lançada em nome do contribuinte sempre for requerida à respectiva licença.

SEÇÃO V

ARRRECADAÇÃO

Art. 112º - A Taxa será arrecadada no ato do requerimento, independentemente da concessão da licença.

CAPÍTULO XIV

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 113º - A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que ocupe vias e logradouros públicos com veículos, barracas, tabuleiros, mesas, aparelhos e qualquer outro móvel ou utensílio para fins comerciais ou de prestação de serviços.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 114º - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupa área nas vias e logradouros públicos nos termos do artigo anterior.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 115º - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VII.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 116º - A Taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V

ARRRECADAÇÃO

Art. 117º - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO XV

INFRAÇÕES E PENALIDADES RELATIVA ÀS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

Art. 118º - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão.

II – Multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, no exercício de qualquer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença.

III – Multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da taxa no caso de não observância do disposto no art. 89.

§ Único – O contribuinte da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento estará sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura.

CAPÍTULO XVI

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 119º - A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 120º - O Executivo municipal, com base em critérios de oportunidade e conveniência, e observadas as normas fixadas no dec. Lei número 195 de 24 de fevereiro de 1967, determinará, em cada caso, mediante decreto, as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela Contribuição de Melhoria.

TÍTULO II

DAS NORMAS GERAIS

CAPÍTULO I

SUJEITO PASSIVO

Art. 121º - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre do fato de a pessoa encontra-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

§ Único – A capacidade tributária passiva independe:

I – Da capacidade civil das pessoas naturais;

- II – De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- III – De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica profissional.

Art. 122º - São pessoalmente responsáveis:

- I – O adquirente ou remitente, pelos débitos relativos a bem imóvel, existente à data do título de transferência, salvo quando consta deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;
- II – O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do “de cujas”, existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;
- III – O espólio, pelos débitos tributários de “de cujas” existentes à data de abertura da sucessão.

Art. 123º - A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outro, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

§ Único – O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual.

Art. 124º - Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade de bem imóvel já lançado for pessoa jurídica imune, vencerão antecipadamente as prestações vencidas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano respondendo por elas o alienante.

Art. 125º - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

I – Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributadas;

II – Subsidiariamente com o alienante se esse prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade do mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 126º - Respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

- I – De pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;
- II – Os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;
- III – Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;
- IV – O inventariante, pelos débitos tributários do espólio;
- V – O síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do comodatário;
- VI – Ao tabeliões, escrivões e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII – Os sócios pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

§ Único – O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, as de caráter moratório.

Art. 127º - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes à obrigação tributária resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I – As pessoas referidas no artigo anterior;
- II – Os mandatários, os prepostos e empregados;
- III – Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO II

LANÇAMENTO

Art. 128º - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação de penalidades cabíveis.

§ Único – A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 129º - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação, que posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os de investigação das autoridades administrativas, ou

outorgando ao crédito, maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 130º - O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º - Quando o contribuinte eleger domicílio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º - a notificação far-se-á por Edital nas impossibilidades de entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

At. 131º - A notificação de lançamento conterà:

- I – O nome do sujeito passivo;
- II – O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- III – A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- IV – O prazo para recolhimento do tributo;
- V – O comprovante para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI – O domicílio tributário do sujeito passivo;

Art. 132º - O lançamento do tributo independe:

- I – Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II – Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos;

Art. 133º - O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domicílio útil ou de posse de bem imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações equipamentos ou obras.

Art. 134º - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamento omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

CAPÍTULO III

ARRECADAÇÃO

Art. 135º - O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitada as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância pelo sacado.

§ 2º - Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, e desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art. 136º - O contribuinte que optar pelo pagamento do débito em quota única poderá gozar do desconto de até 10% (dez por cento).

Art. 137º - Todo recolhimento do tributo deverá ser efetuado no órgão arrecadador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração sob pena de sua nulidade.

Art. 138º - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I – Quando parcial, das prestações em que se decompõem;
II – Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 139º - É facultada à Administração a cobrança em conjunto, dos Impostos e Taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art. 140º - A aplicação de penalidade não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 141º - A falta de pagamento do débito tributário nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto, dos seguintes acréscimos:

I – Multa de:

- a) – 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;
- b) – 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;
- c) – 30% (trinta por cento), sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II – Juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerando mês, qualquer fração;

III – Correção monetária do débito principal, mediante a aplicação dos coeficientes de atualização aprovados pela Administração Federal.

§ Único – Na existência de depósito administrativo premonitório da correção monetária, o acréscido previsto no inciso III deste artigo será exigido apenas sobre o valor da importância não coberta pelo depósito.

Art. 142º - O débito não recolhido no seu vencimento, respeitado o dispositivo no artigo anterior, se constituirá em Dívida Ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

Art. 143º - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

§ Único – a prescrição se interrompe:

- I – Pela citação pessoal feita ao devedor;
- II – Pelo protesto judicial;
- III – Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV – Por qualquer ato inequívoco, ainda que extra-judicial, que importe em recolhimento do débito pelo devedor.

Art. 144º - O débito vencido poderá, a critério do órgão fazendário ser parcelado até 10 (dez) pagamentos iguais mensais sucessivos.

§ 1º - O parcelamento só será definido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

§ 2º - O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importa na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito;

§ 3º - Nenhuma prestação poderá ter o valor inferior a 10% (dez por cento) da Unidade de Referência.

CAPÍTULO IV

RESTITUIÇÃO

Art. 145º - O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo, nos seguintes casos:

- I – Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II – Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III – Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

Art. 146º - O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido desde que juntada notificação da Prefeitura que acuse crédito do contribuinte, ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões à ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Art. 147º - A restituição do tributo que, por sua natureza, comporta transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prova houver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 148º - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiverem sido recolhidas, salvo as referentes às infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§ 2º - Não será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

Art. 149º - O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do requerimento da parte interessada.

Art. 150º - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação com crédito tributário do sujeito passivo.

Art. 151º - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I – na hipótese dos incisos I e II do artigo 150, da data da extinção do crédito tributário;

II – Na hipótese do inciso III do artigo 150, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão condenatória.

CAPÍTULO V

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 152º - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiros, das normas estabelecidas na lei tributária.

§ Único – A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente, ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 153º - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiam.

Art. 154º - O contribuinte, o responsável, ou demais pessoas envolvidas em infrações, poderão apresentar denúncia espontânea de infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando, o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 155º - A lei tributária que define infração ou comina penalidade, aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

- I – Excluem a definição do fato como infração;
- II – Comina penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato;

CAPÍTULO VI

IMUNIDADE E ISENÇÕES

Art. 156º - É vedado ao Município instituir imposto sobre:

- I – O patrimônio ou os serviços da União, dos Estados e do Distrito Federal;
- II – Os templos de qualquer culto, assim considerados os locais onde se celebram as cerimônias públicas;
- III – O patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social.

§ 1º - O disposto no inciso I é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, mas não se estenda aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incida sobre o imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Art. 157º - O disposto no inciso III do artigo anterior é subordinado a observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- I – Não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- II – Aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III – Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ Único – Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício.

Art. 158º - A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

§ Único – O disposto neste artigo abrange a prática do ato, previsto em lei, assecuratório do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 159º - A concessão e isenções apoiar-se-á sempre que em fortes razões de ordem pública ou de interesse do município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 160º - A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 161º - A documentação do primeiro pedido de reconhecimento de imunidade ou de isenção que comprove os requisitos para a concessão do benefício, poderá servir pra os exercícios fiscais subseqüentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

TÍTULO III

DO PROCEDIMENTO FISCAL

CAPÍTULO I

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 162º - O procedimento fiscal era início com:

- I – A lavratura do auto de infração;
- II – a lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;
- III – a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo deles decorrente.

Art. 163º - Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária, que importa ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á auto de infração.

Art. 164º - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

- I – O local, a data e a hora da lavratura;
- II – O nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;
- III – A descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e se necessário às circunstâncias pertinentes;
- IV – A capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidade;
- V – A intimação para apresentação de defesa ou pagamento de tributo, com os acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;
- VI – A assinatura do agente atuante e a indicação de seu encargo ou função;
- VII – A assinatura do autuado ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

§ 1º - A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto o agravamento da infração.

§ 2º - As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando o processo conste elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

165º - O processamento do auto terá um curso histórico e informativo com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres.

166º - O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:

- I – Pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega da cópia do auto da infração ao próprio autuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura recebido no original;
- II – Por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;
- III – Por publicação feita em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando impróprios os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 167º - Conformando-se o atuado com o auto de infração, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 168º - Poderão ser apreendidos bens imóveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

§ Único – A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituem prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 169º - A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficaram depositados, e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato, e a indicação das disposições legais.

§ Único – O autuado será intimado da lavratura do termo da apreensão na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art. 170º - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Art. 171º - O sujeito passivo poderá impugnar a existência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§ 1º - A impugnação da existência fiscal mencionará:

- 1 – a autoridade julgadora a que é dirigida;
- 2 – a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
- 3 – os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- 4 – as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas desde que justificadas as suas razões;
- 5 – o objetivo visado.

§ 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Art. 172º - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§ Único – Julga improcedente a impugnação, arcará com as custas o sujeito passivo.

Art. 173º - Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

§ 1º - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

§ 2º - O impugnador será notificado do despacho mediante assinatura no próprio processo, por via postal registrada ou por edital quando se encontrar em local incerto e não sabido.

Art. 174º - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa denegatória da impugnação, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento tributário arquivado.

Art. 175º - A autoridade administrativa competente em primeira instância para receber, formalizar e decidir sobre a impugnação do autuado será o Chefe da Divisão de Cadastro, Tributação e Fiscalização.

CAPÍTULO II

SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 176º - Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para Instância Administrativa Superior.

§ Único – O recurso terá efeito suspensivo da cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do despacho de primeira instância.

Art. 177º - Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo, ou o autuado, do pagamento do tributo ou de multas de valores originário superior a 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade de Referência referida no art. 209 seu prolator recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho.

Art. 178º - A decisão na Instância Administrativa Superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para primeira instância.

§ Único – Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

Art. 179º - A Instância Administrativa Superior será constituída pelo Chefe da Divisão de Contabilidade, Assessoria Jurídica e Secretaria Geral.

Art. 180º - Da decisão da Instância Administrativa Superior caberá pedido de reconsideração ao Prefeito no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181º - São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 182º - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

Art. 183º - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados fixam sujeitos a multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º - O sujeito passivo, ou o autuado poderão evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetuem o pagamento do débito e da multa exigidos, ou o depósito premonitório da correção monetária.

§ 2º - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

FISCALIZAÇÃO

Art. 184º - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 185º - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a obrigação tributária, inclusive nos casos de imunidade isenção.

Art. 186º - A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

- I – Exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;
- II – Aprender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares .

Art. 187º - A escrita fiscal e mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 188º - O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e feitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 189º - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I – Os tabeliões, escritvãs e demais serventuários de ofício;
- II – Os bancos, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;
- III – As empresas de administração de bens;
- IV – Os inventariantes;
- V – Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- VI – Os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII – Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu encargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§ Único – A obrigação prevista neste artigo, não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 190º - Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, par quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica-financeira e sobre a natureza e o estado de negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições de autoridade judiciária, e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre a União, Estado e Outros Municípios.

§ 2º - A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

Art. 191º - As autoridades da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPÍTULO II

CONSULTA

Art. 192º - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência de normas estabelecidas.

Art. 193º - A consulta será dirigida à autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 194º - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

§ Único – Os efeitos previstos neste artigo não e produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versam sobre dispositivos claros da legislação tributária.

Art. 195º - Na hipótese de mudanças da orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da notificação.

Art. 196º - A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (noventa) dias.

§ Único – Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso nem pedido de reconsideração.

Art. 197º - Respondida a consulta, o consultante será notificado par ano prazo de 30 (trinta) dias dar cumprimento a eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de cominação de penalidades

§ Único – O consultante poderá evitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o sue pagamento, ou o depósito premonitório de correção monetária, importâncias que se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art. 198º - A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPÍTULO III

DÍVIDA ATIVA

Art. 199º - A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias.

Art. 200º - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de créditos dessa natureza, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pelo regulamento ou por decisão final proferida em processo regular.

§ Único – a fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 201º - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – O nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis bem como sempre que é possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

- II – A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
- III – A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
- IV – A data em que foi escrita;
- V – Sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

§ Único – a certidão conterá além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

Art. 202º - A omissão de qualquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou erro a eles relativos, são causas de nulidade da inscrição e do processo da cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CAPÍTULO IV

CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 203º - A pedido do contribuinte será fornecida certidão negativa dos tributos municipais, nos termos do requerimento.

Art. 204º - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressaltar a existência de crédito não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo, ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 205º - A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 206º - O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 207º - Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluídos, no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se se necessário, até o primeiro dia útil.

Art. 208º - Consideram-se intergrado à presente Lei as Tabelas dos Anexos que a acompanham.

Art. 209º - Fica instituída a Unidade de Referência de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), para o cálculo das Taxas d Impostos Municipais, previstos nesta Lei.

§ Único – A Unidade de Referência mencionada neste artigo será corrigida anual e automaticamente em 1º de janeiro, de acordo com o índice de atualização monetária baixado por Decreto do Poder Executivo Federal, nos termos da Lei Federal 6,423 de 17 de junho de 1977.

Art. 210º - O Poder Executivo Municipal, poderá estabelecer preços públicos não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja natureza não compete à cobrança de Taxas.

Art. 211º - Esta Lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1980, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marmeleiro, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de 1980.

Herbert Anton Schiffli
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

I Empresas que exploram os serviços de:	PERCENTUAL S/O PREÇO DO SERVIÇO
01 – Médicos, dentistas, veterinários.....	2
02 – Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetra, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos.....	2
03 – Laboratório de análises clínicas e eletricidade médica.....	2
04 – Hospitais, sanatórios, ambulatórios, pronto-socorros, banco de sangue, casas de saúde, casa de recuperação ou repouso sob orientação médica.....	2
05 – Advogados ou provisionados.....	2
06 – Agentes da propriedade industrial.....	2
07 – Agentes da propriedade artística ou literária.....	2
08 – Peritos e avaliadores.....	2
09 – Tradutores e intérpretes.....	2
10 – Despachantes.....	2
11 – Economistas.....	2
12 – Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade	2
13 – Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço).....	2
14 – Datilografia, estenografia, secretaria e expediente.....	2
15 – Administração de bens ou negócios inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras.....	2
16 – Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador de serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.....	2

17 – Engenheiros, arquitetos, urbanistas.....	2
18 – Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos.....	2
19 – Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao I.C.M.).....	2
20 – Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados) estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento e mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitas ao I.C.M.).....	2
21 – Limpeza de imóveis.....	2
22 – Raspagem e lustração de assoalhos.....	2
23 – Desinfecção e higienização.....	2
24 – Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado.....	2
25 – Barbeiros, cabeleireiros, manicuras, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza.....	2
26 – Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres.....	2
27 – Transportes e comunicações de natureza estritamente municipal.....	2
28 – Diversões Públicas:	
a) Teatros, cinemas, auditórios e exposições com cobrança de ingressos.....	2
b) circos, parques de diversões e similares.....	10
c) Bilhares, boliches e outros jogos permitidos.....	3
d) Bailes, “shows”, festivais, recitais congêneres.....	3
e) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão.....	2
f) Execução de música, individualmente, ou por conjuntos.....	2
g) Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo.....	10
29 – Organização de festas, “buffet” (exceto o fornecimento de ali-	

mentos e bebidas que ficam sujeitas ao I.C.M.).....	2
30 – Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo..	2
31 – Intermediação, inclusive corretagem de bens imóveis e móveis exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59.....	2
32 – Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59.....	2
33 – Análises técnicas.....	2
34 – Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres.	2
35 – Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.	2
36 – Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; cargas e descarga, arrumação de guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos.....	2
37 – Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras).....	2
38 – Guarda e estacionamento de veículos.....	2
39 – Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluída no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).....	2
40 – Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41).....	2
41 – Conserto e restauração de quaisquer objetos (inclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao I.C.M.).....	2
42 – Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço, fica sujeito ao I.C.M.).....	2
43 – Pinturas (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização e a industrialização.	2
44 – Ensino de qualquer grau ou natureza.....	2
45 – Alfaiates, modistas, costureiros, por serviços prestados ao	

usuário final, quando o material, salvo o de aviamento, seja fornecido pelo usuário.....	2
46 – Tinturaria e lavanderia.....	2
47 – Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento, e operações similares de objetos não destinados a comercialização e a industrialização....	2
48 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetuando-se a prestação do serviço ao poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica).....	2
49 – Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço.....	2
50 – Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução, estúdios de gravação de “video tapes” para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e “mixagem” sonora.....	2
51 – Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluídos no item anterior.....	2
52 – Locação de bens móveis.....	2
53 – Composição gráfica, chicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.....	2
54 – Guarda, tratamento e amestramento de animais.....	2
55 – Florestamento e reflorestamento.....	2
56 – Paisagismo e decoração, (exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao I. C. M.).....	2
57 – Recauchutagem e regeneração de pneumáticos.....	2
58 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros.....	2
59 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores, e sociedades de corretores, regularmente autorizadas a funcionar).....	2

60 – Encadernação de livros e revistas.....	2
61 – Aerofotogrametria.....	2
62 – Cobranças, inclusive de direitos autorais.....	2
63 – Distribuição de filmes cinematográficos e de “vídeo tapes”	2
64 – Distribuição e venda de bilhetes de loteria.....	2
65 – Empresa funerária.....	2
66 – Taxidermista.....	2
67 – Outros serviços não especificados.....	2

II Quando os serviços foram prestados sob a forma de trabalho pessoal
Do próprio contribuinte, o Imposto será devido da seguinte maneira:

% SOBRE A UNIDADE DE
REFERÊNCIA AO ANO

a) profissionais autônomos de nível universitário.....	150
b) agente, representante, despachante, corretor, intermediador, leiloeiro, perito, avaliador, interprete, tradutor, comissário, propagandista, decorador, mestre de obras, guardalivros, técnico de contabilidade, secretário datilógrafo, estenógrafo e professor de nível médio.....	100
c) Demais autônomos.....	50

III – Quando empresas ou autônomos explorarem o ramo de “boites”,
Cabarés, táxi-dancings e similares:

% SOBRE A UNIDADE DE
REFERÊNCIA

a) Até cinco (5) quartos ou apartamentos	500
b) Com mais de cinco (5) quartos, apartamentos u suítes:	
1 – Por quarto.....	80
2 – Por apartamento.....	100
3 – Por suítes.....	150

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

	% SOBRE A UNIDADE DE REFERÊNCIA	
	Ao mês ou fração	ao ano
<u>01 – Indústria</u>		
1.1 até 10 pessoas ocupadas.....	20	110
1.2 de 11 a 30 pessoas ocupadas.....	35	150
1.3 de 31 a 70 pessoas ocupadas.....	40	200
1.4 de 71 a 150 pessoas ocupadas.....	45	250
1.5 mais de 150 pessoa ocupadas.....	50	300
<u>02 – Comércio</u>		
2.1 até 3 pessoas ocupadas.....	10	50
2.2 de 4 a 6 pessoas ocupadas.....	15	100
2.3 de 7 a 10 pessoas.....	20	150
2.4 de 11 a 15 pessoas ocupadas.....	30	200
2.5 mais de 15 pessoas ocupadas.....	40	300
03 – Estabelecimentos bancários, de crédito, financiamento e investimento.....		
	35	150
<u>04 – Hotéis, motéis, pensões e Similares</u>		
4.1 até 10 quartos ou apartamentos.....	15	60
4.2 de 11 a 20 quartos ou apartamentos.....	20	80
4.3 mais de 20 quartos ou apartamentos.....	30	120
05 – Representantes comerciais, autônomos, corretoras, despachantes, agentes e prepostos em geral.....		
	5	30
06 – Profissionais, autônomos que exercem atividades sem aplicação de capital.....		
	10	50
07 – Profissionais autônomos que exercem atividades com aplicação de capital (não incluídos em outro item desta tabela).....		
	8	45
08 – Casa de loterias.....		
	5	20
09 – Oficinas de consertos em geral		

9.1 até 3 pessoas ocupadas.....	10	50
9,2 de 4 a 6 pessoas ocupadas.....	15	100
9.3 de 7 a 10 pessoas ocupadas.....	20	150
9.4 acima de 15 pessoas ocupadas.....	30	200
10 – Postos de serviços para veículos	20	80
11 – Depósitos de inflamáveis, explosivos e similares.....	20	80
12 – Tinturarias e lavanderias	5	20
13 – Salões de engraxate.....	5	20
14 – Estabelecimentos de banhos, duchas massagens, ginásticas, etc.....	5	20
15 – Barbearias e salões de beleza, por número de cadeiras	5	20
16 – Ensino de qualquer grau ou natureza por sala de aula	1	5
17 – Estabelecimentos Hospitalares:		
17.1 com até 25 leitos.....	25	100
17.2 com mais de 25 leitos.....	35	150
18 – Laboratório de análise clinica.....	25	100
19 – Diversões públicas:		
19.1 Cinemas e teatros com até 150 lugares.....	15	70
19.2 Cinemas e teatros com mais de 150 lugares.....	20	90
19.3 Restaurantes dançantes, boates, etc.....	25	100
19.4 Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa por mesa.....	5	20
19.5 Boliches.....	7	30
19.6 Exposições, feiras de amostras, quermesse.....	10	50
19.7 Circos e parques de diversões.....	250	-
19.8 Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos no item anterior.....	250	-
20 – Empreiteiras e Incorporadoras:		
20.1 até 20 pessoas ocupadas.....	35	150
20.2 acima de 20 pessoas ocupadas.....	40	200
21 – Agropecuária:		
21.1 até 20 pessoas ocupadas.....	10	50
21.2 mais de 20 empregados.....	25	100

22 – Demais atividades sujeitas a taxa de localização não constantes dos itens anteriores.....	10	50
---	----	----

ANEXO III

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PAR AFUNIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL

% SOBRE A UNIDADE DE REFERÊNCIA

1 – PARA A PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO

I – ATÉ ÀS 22:00 HORAS

2 ao dia
30 ao mês
200 ao ano

II – ALÉM DAS 22:00 HORAS

3 ao dia
40 ao mês
250 ao ano

2 – PARA ANTECIPAÇÃO DE HORÁRIO

2 ao dia
30 ao mês
200 ao ano

ANEXO IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE

1 – Por publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros.....	10% da UR ao ano
2 – Publicidade no interior do veículo de uso público não destinados à publicidade como ramo de negócio por publicidade.....	10% da UR ao ano
3 – Publicidade sonora, em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade.....	10% da UR ao dia
4 – Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade por veículo.....	10% da UR ao ano 1% da UR ao mês
5 – Publicidade em cinemas, teatros, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou diapositivos.....	1% da UR ao mês 10% da UR ao ano
6 – Por publicidade, colocada em terrenos, campos de esportes, clubes associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais.....	5% da UR ao ano
7 – Qualquer outro tipo de publicidade não constante dos itens anteriores.....	0,25% da UR ao dia 3% da UR ao mês 10% da UR ao ano

ANEXO V

TABELA PARA A COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

<u>NATUREZA DAS OBRAS</u>	<u>% sobre a UR</u>
1 – CONSTRUÇÃO DE:	
a) Edificações até dois pavimentos, por m2 de área construída.....	0,1
b) Edificações com mais de dois pavimentos por m2 de área construída.....	0,08
c) Dependências em prédios e residências, por m2 de área construída.....	0,1
d) Dependências em quaisquer outros prédios para quaisquer finalidades, por m2 de área construída.....	0,1
e) Decorações, por metro quadrado de área construída.....	0,05
f) Galpões, por m2 de área construída.....	0,05
g) Fachadas e muros, por metro linear.....	0,02
h) Marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	0,02
i) Reconstrução, reformas, reparos por m2.....	0,1
j) Demolições, por metro quadrado.....	0,1
2 – ARRUAMENTOS:	
a) Com área até 20.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos, por m2.....	0,01
b) Com área superior a 20.000 m2, excluídas às áreas destinadas a logradouros públicos, por m2.....	0,015
3 - LOTEAMENTOS:	
a) Com área até 10.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao município por m2.....	0,01
b) Com área superior a 10.000 m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município por m2	0,015
4 – QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	
a) Por metro linear.....	0,2
b) Por metro quadrado.....	0,1

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE ABATE DE ANIMAIS

ANIMAIS	% SOBRE A UNIDADE DE REFERÊNCIA POR CABEÇA
Bovinos ou Vacum.....	5
Ovino.....	2
Caprino.....	2
Suíno.....	2
Eqüino.....	2
Aves.....	0,1
Outros.....	0,1

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PAR AOCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

1 - FEIRANTES:

1.1 por dia e m2	0,05% UR
1.2 por mês e m2	1,00% UR
1.3 por ano e m2	8,00% UR

2 – VEÍCULOS:

2.1 Por mês	CARROS DE PASSEIO	UTILITÁRIOS
	5% UR	5% UR
2.2 por mês	CAMINHÕES OU ÔNIBUS	REBOQUE
	10% UR	10% UR
2.3 por ano	CARROS DE PASSEIO	UTILITÁRIOS
	15% UR	15% UR
2.3 por ano	CAMINHÕES OU ÔNIBUS	REBOQUE
	30% UR	30% UR
2.3 por ano	CARROS DE PASSEIO	UTILITÁRIOS
	30% UR	30% UR
2.3 por ano	CAMINHÕES OU ÔNIBUS	REBOQUE
	50% UR	50% UR

3 – BARRAQUINHAS OU QUIOSQUES:

3.1 por dia	1,0% UR
3.2 por mês	20,0% UR
3.3 por ano	50,0% UR

4 – AMBULANTE QUE OCUPE ÁREA EM LOGRADOURO PÚBLICO

4.1 por dia	20,0% UR
4.2 por mês	200,0% UR

5 – QUAISQUER OUTROS CONTRIBUINTES NÃO COMPREENDIDOS NOS ITENS ANTERIORES

5.1 por dia	10% UR.
5.2 por mês	30% UR.
5.3 por ano	50% UR.

ANEXO VIII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO

	% DA UR. M2/ANO
1 – Unidades residenciais	0,07
2 – Comércio/serviços	0,1
3 – Industrial	0,1
4 – Agropecuária	0,1